

ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO

Gáudia Maria Costa Leite Pereira (1); Xenusa Pereira Nunes (1); Victor Pereira de Oliveira (2).

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), gaudiacosta@gmail.com;

¹Prefeitura Municipal de Casa Nova - BA, xenusa.nunes@gmail.com;

²Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), victorpo55@hotmail.com.

Resumo

O Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA atua no Agreste Meridional de Pernambuco prestando assessoria ao Colegiado Territorial. Dentre as assessorias oferecidas pelo NEDET, há uma em gênero, com o objetivo de “apoiar atividades de assessoria técnica para articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais pertencentes ao Programa Território da Cidadania”, incluindo: mobilização de mulheres para atividades de formação política sobre gênero; levantamento de dados e informações subsidiárias ao monitoramento e avaliação das políticas públicas efetivadas no Território. A metodologia adotada prima pela sensibilização, mobilização e realização de eventos que envolvam as mulheres buscando promover um processo de empoderamento, informando sobre direitos e políticas públicas específicas. Para tanto, foram realizados oito Encontros Municipais e cinco Territoriais, uma Conferência Livre de Mulheres, e a culminância dessas ações foi um Encontro Estadual de Mulheres, realizado nos dias 05 e 06 de julho de 2016, onde trezentas lideranças femininas dos dez Territórios de Pernambuco trataram da temática, relativa às Políticas Públicas Específicas. Entre os resultados parciais, destacamos a produção de um relatório sobre as perspectivas das mulheres rurais em Pernambuco. O Encontro teve como tema principal: Mulher, Autonomia e Desenvolvimento Territorial. Considera-se que mulheres se sentem desfavorecidas em políticas públicas que assegurem legitimidade, informação, empoderamento, oportunidades e segurança. Há um longo caminho na busca da equidade de gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: NEDET, CODETAM, equidade, gênero, inclusão.

Introdução

A criação do Território da Cidadania do Agreste Meridional é resultante de uma política pensada e desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a partir dela originou-se a Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM, formada em 2003, composta por 90 instituições. Desde a constituição, apesar de em sua composição ter mulheres representantes institucionais, não foram realizados trabalhos específicos para esse seguimento social.

Dentre as políticas destinadas para os territórios, surgem os Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, resultado de uma parceria entre o MDA, a Secretaria de

Políticas para as Mulheres – SPM, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e, posteriormente, Universidades. O NEDET do Agreste Meridional é vinculado a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG. Conta em seus quadros com uma Assessoria Territorial de Gênero – ATGE, desde fevereiro/2015, com o objetivo de possibilitar a reunião de elementos mobilizadores que traduzam e multipliquem as experiências exitosas das mulheres e propiciem participações mais efetivas nos assuntos pertinentes ao Território.

O objetivo do presente trabalho é descrever, a partir das experiências da Assessoria de Gênero do NEDET, a importância da participação de mulheres, no desenvolvimento territorial do Agreste Meridional de Pernambuco. Neste intento, procuramos aprofundar como o trabalho foi desenvolvido a partir de fevereiro de 2015.

Metodologia

Com a instituição do NEDET (BRASIL, 2016), que em sua equipe conta com uma ATGE, a temática passou a fazer parte das pautas do Núcleo Diretivo, da Câmara Técnica de Inclusão Produtiva e das Assembleias/Plenárias Territoriais. As Conselheiras e os Conselheiros Territoriais reconheceram a dívida que o Território tinha com esse seguimento. Passando com a evolução das discussões a admitir a necessidade de uma Câmara Territorial de Mulheres.

Em meados de 2015 foi instituída, em Plenária Territorial, uma Comissão Provisória de Mulheres, formada por três Conselheiras, com a função de organizar o que viria a ser a Câmara Temática de Mulheres, tendo para isso a assessoria da ATGE. Com a evolução dos trabalhos da ATGE juntamente à Comissão, a Plenária Territorial passou a reconhecer a importância da Assessoria de Gênero para a realização de seus trabalhos, pois questões de gênero já havia se tornado tema relevante nos debates territoriais.

O NEDET promoveu, em parceria com a CODETAM e a UFRPE/UAG, o 1º Encontro Territorial de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, realizado em 09 de outubro de 2015, com a presença de 25 lideranças femininas do Território, além de outras convidadas. Depois desse Encontro, foram realizados outros quatro Encontros Territoriais, buscando formar uma rede de cooperação entre as lideranças femininas dos municípios na busca da implantação da Câmara

Territorial de Mulheres e sensibilização sobre a importância de se instituir em cada município do Território o Conselho de Direitos da Mulher.

O Movimento de Mulheres Camponesas se reconhece como um movimento social, cujo papel vai além de suas ações reivindicatórias. Foi fundamental para tornar visível o trabalho feminino nos campos, ao lutar pelos direitos trabalhistas e o reconhecimento da profissão de agricultora. A organização e a troca de experiências nos encontros, nos cursos, nas assembleias e passeatas fizeram com que muitas mulheres se reconhecessem como cidadãs com direitos iguais aos homens, e não mais submissas a eles (PAULINO e BONI, 2017).

Segundo Benevento e Santana (2013), “a mulher deve ser considerada uma parceira nas questões tanto sociais quanto profissionais”. Se sustentando nessa base, o trabalho de gênero se deu valorizando a mulher enquanto protagonista desse processo avançando para o alcance da consolidação de uma rede de conhecimento e de trabalho, observando a estratégia territorial adotada pelo MDA (BRASIL, 2016).

Visando a ampliação das consciências das pessoas envolvidas no processo, a fim de que, através de reflexões pertinentes, fossem coletivamente se libertando das amarras reprodutoras e consolidadas de prática da dominação de um grupo sobre outro, fundamentada por Paulo Freire (1921-1997), como essencial para contribuir na compreensão dos mecanismos da opressão instituídos e institucionalizados. O processo de educação envolve procedimentos que levam à ampliação da consciência e a consequente aquisição da autonomia, levando o dominador e o dominado a libertarem-se de relações injustas. Esse processo deve ser iniciado pelo oprimido (OLIVEIRA, 2009), a mulher.

Se a participação das mulheres nos espaços políticos tem sido limitada e mesmo impedida, no caso das mulheres jovens, a situação é mais grave. Consideradas como seres “em formação”, em “preparação” para a entrada no mundo adulto, as jovens do campo sofrem com a discriminação e a exclusão, que têm início no seio da unidade familiar e se manifestam fortemente nos sindicatos, nos partidos políticos, nos conselhos, etc. O protagonismo político das mulheres jovens é adiado para um futuro indefinido, que se apoia na noção de “vir a ser”, dimensão que marca o olhar social e cultural sobre a juventude. Desse modo, as jovens mulheres são destituídas da condição de sujeitos políticos no presente, e suas opiniões, seus projetos individuais e coletivos não são valorizados. Atualmente podemos constatar a participação das jovens trabalhadoras rurais nos espaços políticos, como resultado da luta histórica de diferentes gerações de mulheres feministas e da organização política das jovens (CONTAG, 2015a).

A organização das mulheres teve como Objetivo Geral apoiar, com atividades de assessoria técnica, a articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais pertencentes ao Programa Território da Cidadania, incluindo: mobilização de mulheres para atividades de formação política sobre gênero; levantamento de dados e informações subsidiárias ao monitoramento e avaliação das políticas públicas efetivadas no Território; contribuir na organização institucional das mulheres; e fomentar a criação de instrumentos de proteção e amparo às mulheres vítimas de violência.

Os Objetivos Específicos foram: 1) favorecer o conhecimento das mulheres sobre as Políticas Públicas voltadas para mulheres; 2) contribuir na organização institucional das mulheres; 3) consolidar uma Câmara Temática Territorial de Mulheres; 4) criar instrumentos de proteção e amparo às mulheres vítimas de violência.

Foi elaborado um planejamento de ações, de acordo aos requisitos descritos no projeto do NEDET encaminhado e aprovado pelo CNPq. O planejamento consistia inicialmente na realização de, no mínimo, quatro encontros territoriais de mulheres e um encontro estadual.

As mulheres do campo, da floresta e das águas estão sujeitas a muitos tabus e discriminações, também estando expostas a essa lógica de mercado que compõe e fortalece a realidade de violência a que estamos expostas em nosso cotidiano. Um exemplo disso está na visão enraizada da sociedade de que mulher da roça não pode andar de unhas pintadas, nem tampouco estar vestida como “mulher da cidade”. Vemos esses estereótipos reproduzidos no dia a dia das trabalhadoras rurais, chegando inclusive à sem usados como argumento para negação de direitos: um exemplo é o de servidores (as) públicos que, por não acharem que elas pareçam com trabalhadoras rurais, por terem as unha pintada, limpas, pele e cabelos cuidados, negam seus direitos a benefícios específicos (CONTAG, 2105b).

Para realização do 1º Encontro Territorial de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, foi feito um levantamento para identificação das lideranças femininas que atuavam no Território, especialmente, houve parceria e apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR dos municípios. De posse desses contatos, foi feita a mobilização para o Encontro Territorial.

A base para a mobilização consistiu em informar sobre o trabalho a ser realizado por contatos telefônicos e explicar a pretensão de realização do 1º Encontro Territorial de Mulheres, solicitando um endereço eletrônico (e-mail) para enviar convite formal. Na antevéspera do evento, foram realizados contatos por Short Message Service – SMS (Serviço de Mensagens Curtas). Das três formas de contatos – telefônicos, por e-mails e SMS, a última surtiu um melhor efeito, pois quase

todas tinham celulares. Vejamos: contatos telefônicos – muitas lideranças residirem e trabalharem no meio rural, por vezes a cobertura de área de sinal de celular não é boa; contatos por e-mail – várias lideranças não possuem endereço eletrônico ou não o verificam com regularidade; quanto aos contatos por SMS, os aparelhos celulares acusam assim que se conectam com um sinal da antena de celulares.

Nos cinco encontros realizados, o NEDET custeou as despesas de alimentação (lanches e almoços) de todas(os) participantes, os municípios e instituições custearam as despesas de transporte. A UFRPE/UAG cedeu gratuitamente o local para realização dos eventos. Cada Encontro teve carga horária inicial de 8h, apesar da mesma não ser cumprida à risca, pois os municípios são distantes de Garanhuns – local de realização dos eventos. Tivemos 25 lideranças presentes no 1º Encontro, 17 no 2º, 17 no 3º, 27 no 4º e 25 no 5º, além de outros interessados, em todos os eventos. A cada encontro cada participante assumiria a função de transmitir às demais lideranças nos seus municípios.

A mesma pauta foi adotada para todos os encontros, provocando graus de aprofundamento e complexidade conforme iam se apropriando dos assuntos, mas também houve abertura para o acréscimo de assuntos trazidos pelas lideranças.

A cada participante foi solicitado que respondesse a um questionário que pedia informações pessoais, experiências de trabalhos com mulheres, outras experiências de trabalhos fora de casa, conhecimento sobre políticas públicas voltadas para mulheres – especialmente as executadas pelo MDA e expectativas com relação ao trabalho que se iniciava. Informações obtidas nesses questionários servem de base tanto para o planejamento das próximas ações como para produção científica.

No 1º Encontro, realizado em 09 de outubro de 2015, destacamos como pauta inicial: Apresentação de participantes (nome, município, instituição a qual é vinculada e experiência no trabalho com mulheres); Apresentação do objetivo dos encontros: Consolidar um grupo de mulheres capazes de elaborar estratégias de desenvolvimento territorial, com foco na igualdade de gênero; Apresentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM; Apresentação mais detalhada das políticas públicas para mulheres já em andamento pelo MDA; 4ª Conferência Nacional de Mulheres; Discussão propositiva do grupo para vincular as expectativas levantadas na apresentação com o PNPM; Estratégia e perspectiva para as ações com mulheres, tanto em nível de município quanto de Território (Câmara Territorial de Mulheres), visão operacional; Agenda de compromissos; Informes; Avaliação e Encerramento.

Os materiais trabalhados no evento foram impressos e entregues a cada participante, essa foi uma prática para todos os eventos. Levando em consideração que muitas lideranças não têm facilidade para imprimir os documentos, é importante que elas saiam dos eventos com os documentos em mãos, facilitando assim os seus trabalhos de repassarem, às suas representadas, os assuntos abordados nos eventos.

No 2º Encontro, realizado em 13 de novembro de 2015, destacamos como pauta principal: Apresentação de participantes; Exibição do filme: As Sementes; Assuntos para nortear as discussões em grupo: Quem somos nós, as mulheres que estamos no Território? Quais as dificuldades que enfrentamos? O que nos aproxima e o que nos distancia das políticas públicas? Como usar e promover os nossos direitos?

No 3º encontro, realizado em 19 de janeiro de 2016, destacamos como pauta principal: A constituição dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher; Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS / Encarte Mulheres; Implantação da Câmara Territorial de Mulheres; Participação na Assembleia Territorial de Avaliação 26 de janeiro de 2016; Agenda de Compromissos: a) Realizar a 1ª Reunião Municipal de Mulheres – 8 Municípios se comprometeram na realização com data máxima até 14 de março de 2016.

No 4º encontro, realizado em 15 de março de 2016, destacamos como pauta principal: Realização da Etapa Mulheres do PTDRSS. Pela primeira vez na história do Território foi realizada uma etapa de construção do Plano exclusivamente com mulheres e voltado para mulheres. Essa é uma grande conquista, também um passo significativo na busca da equidade de gêneros; A implantação da Câmara Temática de Mulheres do Território que foi realizada no dia 29 de março, durante a Assembleia de Eleição das Instâncias do Colegiado Territorial, foi um passo concreto para o reconhecimento da importância da mulher no desenvolvimento territorial; Avaliação dos Encontros Municipais de Mulheres e programação dos novos eventos.

No 5º encontro, realizado em 17 de maio de 2016, destacamos como pauta principal: Encontros Municipais de Mulheres – Avaliação e programação dos novos eventos; A implantação da Câmara Temática de Mulheres do Território – Atuação e Planejamento; Encontro Estadual de Mulheres; Oficina de construção do Índice de Gestão Social – IGS do Território Agreste Meridional; Agenda de compromissos; Informes gerais.

A partir das demandas levantadas nos Encontros Territoriais, foram também realizados oito Encontros Municipais de Mulheres, tendo como principal ponto de pauta a implantação dos Conselhos Municipais de Direito da Mulher.

Todos os Encontros Territoriais de Mulheres foram realizados na UFRPE/UAG. Os Encontros Municipais de Mulheres foram realizados em parcerias com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS.

A Câmara Temática Territorial de Mulheres da CODETAM se reúne, ordinariamente, às segundas segundas-feiras de cada mês, na FETAPE – Polo Regional Garanhuns, ou na UFRPE/UAG.

1º Encontro Estadual de Mulheres dos Colegiados Territoriais de Pernambuco

O 1º Encontro Estadual de Mulheres dos Colegiados Territoriais de Pernambuco realizado dias 05 e 06 de julho de 2016, em Garanhuns – PE, sob a coordenação dos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET de Pernambuco, com a presença de mais de 300 lideranças femininas do meio rural, dos 10 Territórios de Pernambuco: Região Metropolitana Mata Sul, Mata Norte, Agreste Setentrional, Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão Central, Itaparica, São Francisco e Araripe.

O Objetivo Geral do evento foi “fortalecer a participação das mulheres no espaço dos Colegiados Territoriais”. Como Objetivo Específico, foram definidos: 1) Incentivar as mulheres para uma participação qualificada nos espaços de empoderamento para o acesso e controle das políticas públicas no Território; 2) Reunir em grupos para debater questões pertinentes à autonomia das mulheres; 3) Discutir e validar em plenária os assuntos abordados nos Grupos de Trabalho - GT.

Teve como Tema Geral do evento: Mulher, Autonomia e Desenvolvimento Territorial e, como Temas Transversais discutidos em todos os GT: 1) Mulheres do Meio Rural; 2) Acesso às Políticas Públicas nos Territórios; 3) Contexto Político Atual na Perspectiva Feminina.

Foram realizados durante o evento, cinco GT, cada um com assuntos específicos, da temática de gênero. Vejamos: GT1 – Mulheres nos Espaços de debates das políticas públicas; GT2 – Inclusão Produtiva: a mulher e sua participação no mundo do trabalho e renda; GT3 – Violência contra a mulher, Lei Maria da Penha (11.340) e Lei do Femicídio (13.104); GT4 – Mídia como ferramenta de enfraquecimento ou empoderamento da mulher; e GT 5 – Diversidade feminina: o discurso feminista e a autonomia das mulheres. A orientação para cada grupo foi Identificar problemas ligados ao tema do grupo (mínimo 5, máximo 10 problemas); definir estratégias de enfrentamento aos problemas citados (até 3 estratégias para cada problema), e apresentar em

Plenária do Evento, para validação de um Documento Final, que nortearia os trabalhos das Assessorias de Gênero (ATGE) no Estado de Pernambuco, para o ano seguinte de trabalho.

Foram convidadas, para assessoria e como moderadoras, especialistas na questão de Gênero para palestrantes e mediar cada GT e Plenárias. As ATGE dos NEDET auxiliaram nessa mediação, as integrantes da Câmara Temática Territorial de Mulheres atuaram em cada GT auxiliando nas discussões.

Um momento muito interessante foi o “Toré Feminista”, atribuído ao Grupo Teatral Loucas de Pedra Lilás, de Recife – PE, cantado por toda Plenária, considerado uma como instrumento para trabalhar a conscientização e o empoderamento de mulheres:

“José, José – prepare teu café;
João, João – cozinhe teu feijão;
Ôh, Zeca! Ôh, Zeca! – lave tua cueca;
Ernesto, Ernesto – aprenda a fazer sexo;
Zequinha, Zequinha – só com camisinha;
Tião, Tião – com violência não.
E não, é não;
Simone, Simone – bote a boca no trombone;
Cristina, Cristina – olhe tua vagina;
Mulher, mulher – seja O QUE QUISER”.

Essa dinâmica possibilitou o trabalho de temas como equidade de gênero, sexualidade, violência contra a mulher, saúde da mulher e autoestima (OLIVEIRA, 2016).

Resultados e Discussões

Como resultados parciais encontrados: 1) Identificação das lideranças femininas do Território; 2) Sensibilização/mobilização das mulheres; 3) Realização de cinco Encontros Territoriais e oito Encontros Municipais de lideranças femininas; 4) Mulheres sensibilizadas e interessadas em adequar suas organizações institucionais para acessarem Políticas Públicas; 5) Onze municípios do Agreste Meridional de Pernambuco, sensibilizados para implantação dos Conselhos de Diretos da Mulher; 6) Realização do Encontro Estadual de Mulheres e diagnóstico das principais dificuldades identificadas por trezentas lideranças femininas dos dez Territórios do estado de Pernambuco, por

ordem decrescente: dificuldade de acesso às Políticas Públicas/burocracia/falta de informação e divulgação/desconhecimento (50); ausência dos temas gênero, feminismo, sexualidade, direitos, saúde e violência contra a mulher na sociedade (37); educação e formação inadequadas/falta de assistência técnica (27); mulheres rurais (mais abandonadas) (18); necessidade de empoderamento e autonomia (8); 7) Produção de um relatório detalhado sobre a situação das mulheres rurais em Pernambuco, onde se pode visualizar o que elas pensam da atual situação e para qual caminho se deve seguir, na resolução de problemas; 8) Afirmação do Colegiado Territorial como instância relevante para conquistas sociais.

Resultado obtido no 1º Encontro Estadual de Mulheres Rurais dos Colegiados Territoriais de Pernambuco



O **Gráfico 1** apresenta um resultado que nos faz refletir sobre a realidade das mulheres nos seus contextos locais e sobre as ênfases colocadas em várias situações nos processos formativos. O aspecto da autonomia, empoderamento e abandono obtiveram menor relevância na pesquisa. Não por coincidência, esses elementos são mais enfatizados nos discursos e eventos de mulheres, e pelos dados percebe-se estarem sendo alcançados. Enquanto a falta de informação, dificuldade para o acesso das políticas públicas, ausência dos temas específicos vinculados às mulheres nas discussões nos vários espaços sociais, educação e formações inadequadas, ficaram em primeiros lugares. Se as mulheres estão se sentindo mais autônomas e empoderadas, por que não conseguem ter as informações e acessar as políticas? Nisto, parece haver uma discrepância entre os aspectos afetivos

e o político, a mobilização das mulheres ativas em eventos feministas mostra-se não tão focada em uma objetiva atenção para os avanços e conquistas efetivas dos resultados das políticas públicas específicas.

Considerando o Objetivo Geral dos trabalhos realizados é possível perceber, a partir dos resultados dos encontros, avanços significativos que ajudarão na formulação de estratégias para que a inclusão das mulheres, tanto nos debates, como também enquanto beneficiárias das Políticas Públicas. Os debates também levantaram questões: por que as Políticas Públicas não chegam, a contento, até as beneficiárias? Por que, nos processos de educação e formação, esses temas - gênero, feminismo, sexualidade, violência -, são relegados? Por que os canais de informação/comunicação sobre as Políticas Públicas não funcionam bem? Por que a burocracia (que deveria facilitar e dar as condições necessárias) funciona como um entrave para o acesso às Políticas Públicas? Por que os serviços de ATER negligenciam as mulheres?

Conclusão

Assim, considera-se que as políticas públicas para as mulheres ainda não são acessadas pela grande maioria potenciais beneficiárias nos Território de Pernambuco. Entretanto, é urgente a busca por caminhos para alcançar solução para essa problemática. Esse esforço na busca dessa inclusão represente potencial agregador das mulheres que precisam e desejam ser atendidas. Considera-se também que a Assessoria Territorial de Gênero do NEDET Agreste Meridional, contribuiu consideravelmente na busca da equidade de gênero no Território.

Referências

BENEVENTO, C. T.; SANTANA, V. C. **O conceito de gênero e suas representações sociais**. Revista Digital Buenos Aires, ano 17, nº 176, Enero, 2013.

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA), **Caderno Territorial 002 – Agreste Meridional de Pernambuco** – disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_002_Agreste%20Meridional%20-%20PE.pdf> Consultado em 23/08/2017.

_____, **Portal dos NEDET** – disponível em: <<http://portaldosnedets.info/site/infograficos-territorios-rurais-territorios-da-cidadania-nedet/>> - consultado em 23/08/2017.

CONTAG. Marcha das margaridas. **Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade** – Caderno de textos para estudos e debates. Brasília: CONTAG, 2015.

_____. **A voz das margaridas por políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas**. Brasília: CONTAG, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, J. B. de; ANDRADE, M. B. N, de; BRITO, P. A. B. de. **Tramelas, janelas e horizontes: metodologia de inclusão de jovens via empreendedorismo solidário**. Fortaleza, Obra Kolping do Brasil, 2009.

_____; **Relatório final do encontro estadual de mulheres dos colegiados territoriais**. Garanhuns – PE, NEDET, 2016. 42p. – Disponível em: < <http://agrestemeridional.territoriosruraispe.com.br/attachments/article/132/RelatorioEncontroEstadualMulheresPE.pdf> > - Consultado em 23/08/2017.

PAULINO, M. I. S.; BONI, V. Movimento de mulheres agricultoras e ecologia. In. Delgado, G. C. e Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.